

RODRIGO TOLEDO

Universidade Municipal de São Caetano do Sul

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5767-3439>

PSICOLOGIA ESCOLAR NO ABCDMRR PAULISTA: CONCEPÇÕES E DESAFIOS PARA UMA ATUAÇÃO PROFISSIONAL CRÍTICA

Resumo:

A pesquisa que teve como objetivo de compreender quais são as concepções subjacentes à prática de psicólogas e psicólogos que atuam no atendimento das queixas escolares na região do ABCDMRR Paulista. Para isso discutiu-se a atuação profissional em psicologia escolar e a construção de uma prática crítica no atendimento das queixas escolares, em especial, que se fundamente na superação de leituras naturalizantes das dificuldades vividas por estudantes no seu processo de escolarização. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário online disponibilizado para profissionais de Psicologia que atuam no atendimento de queixas escolares em contexto privado ou institucional no território. As respostas foram analisadas a partir da perspectiva da Psicologia Sócio-histórica e organizadas em quatro categorias: I) modelos de atuação profissional; II) reconhecimento da rede de apoio; III) leituras e aportes teóricos e IV) ferramentas e instrumentais técnicos. Verificou-se que existem contradições entre o discurso sobre o trabalho e a realização dos atendimentos de queixas escolares. Desta forma, conclui-se que é necessário ampliar o debate sobre uma prática crítica e fortalecer as discussões sobre os métodos, as práticas e os instrumentos que fundamentam o trabalho destes profissionais.

Palavras-chave:

Atuação Profissional; Fracasso Escolar; Psicologia da Educação; Queixas Escolares.

SCHOOL PSYCHOLOGY IN ABCDMRR PAULISTA: CONCEPTS AND CHALLENGES FOR CRITICAL PROFESSIONAL ACTION

Abstract:

This research was to understand the conceptions underlying the practice of psychologists who work with school complaints in the ABCDMRR Paulista region. To this end, we discussed professional practice in school psychology and the construction of a critical practice in dealing with school complaints, especially one that is based on overcoming naturalizing readings of the difficulties experienced by students in their schooling process. Data was collected using an online questionnaire made available to psychology professionals who work with school complaints in private or institutional settings in the region. The answers were analyzed from the perspective of socio-historical psychology and organized into four categories: models of professional practice; recognition of the support network; readings and theoretical contributions; and tools and instruments. It was found that there are contradictions between the discourse on work and the way in which school complaints are dealt with. The con-

clusion is that there is a need to broaden the debate on critical practice and strengthen discussions on the methods, practices and instruments that underpin the work of these professionals.

Keywords:

Professional Performance; School Failure; Educational Psychology; School problems.

Psicología escolar en ABCDMRR Paulista: conceptos y desafíos para un abordaje profesional crítico

Resumen:

El objetivo de esta investigación fue comprender las concepciones subyacentes a la práctica de los psicólogos que trabajan con quejas escolares en la región del ABCDMRR Paulista. Para ello, se discutió la práctica profesional en psicología escolar y la construcción de una práctica crítica en el tratamiento de las quejas escolares, especialmente aquella que se basa en la superación de lecturas naturalizantes de las dificultades experimentadas por los alumnos en su proceso de escolarización. Los datos fueron recolectados a través de un cuestionario online puesto a disposición de profesionales de psicología que trabajan con quejas escolares en ámbitos privados o institucionales de la región. Las respuestas fueron analizadas desde la perspectiva de la psicología sociohistórica y organizadas en cuatro categorías: modelos de práctica profesional; reconocimiento de la red de apoyo; lecturas y aportes teóricos; y herramientas e instrumentos. Se constató que existen contradicciones entre el discurso sobre el trabajo y la forma en que se tratan las quejas escolares. La conclusión es que es necesario ampliar el debate sobre la práctica crítica y fortalecer las discusiones sobre los métodos, prácticas e instrumentos que sustentan el trabajo de estos profesionales.

Palabras clave:

Desempeño Profesional; Fracaso Escolar; Psicología Educativa; Quejas Escolares.

Introdução

Autores como Bicalho, Cassal, Magalhães e Geraldini (2009) e Rechtman (2016) demonstraram, em suas pesquisas, que – tradicionalmente – a Psicologia se constituiu como ciência e profissão comprometida com as elites, ao produzir concepções universalizantes e naturalizantes da subjetividade, sob uma orientação liberal e positivista. Ao afastar o homem de sua realidade social, o fenômeno psicológico tornou-se uma entidade abstrata, contribuindo para transformar problemas sociais em problemas individuais. Constituiu-se, assim, uma Psicologia que ignorava a realidade política e social das desigualdades, conforme defende Bock (2003).

Entende-se que este processo, assim como Patto (1997), de constituição da Psicologia, contribuiu para manter uma situação conveniente para a elite brasileira, que encontrou condições para criar espaços de educação própria, distantes dos pobres, e capazes de manter o nível de “qualidade” exigido pelo mercado. Este cenário, de aliança da Psicologia com as elites brasileiras, dificulta a atuação de profissionais da Psicologia que atuam no contexto educacional, em especial, os que buscam se comprometer com a transformação da realidade educacional, a partir do diálogo entre a formação e profissão. Para Martínez (2010), as possibilidades de atuação da psicóloga e do psicólogo nas instituições escolares constituem, um tema de reflexão e de debate entre os profissionais e estagiários que atuam neste campo, especialmente entre aqueles interessados em contribuir para o melhoramento da qualidade do processo educativo.

Nesta direção, acompanhamos os esforços de profissionais que têm buscado promover uma releitura da atuação profissional, que implica um reposicionamento teórico-metodológico para enfrentar os desafios políticos e práticos colocados aos alunos-estagiários e aos profissionais que atuam nas relações com os processos educativos.

Como afirma Toledo (2022) é necessário privilegiar as práticas, de estágio e profissionais, que contribuam para que novas formas de sociabilização na escola e que possam delinear outras formas de vínculos e afetos que ultrapassem as restrições e violências instauradas pelas desigualdades estruturais encontradas no cotidiano. Dessa maneira, defende-se que para pensar a formação de psicólogas e psicólogos comprometidos com a educação, para atuar com processos educativos, implica facilitar a compreensão dos fenômenos subjetivos como inalienáveis da realidade a qual pertencem. Provoca, ainda, a necessidade de criar, de forma dialógica com todos os atores escolares e com as instituições educativas, dispositivos que agenciem outras formas de aprender e ensinar. Para ser possível construir uma prática psicológica no campo da educação que assuma como característica uma perspectiva crítica, inventiva e que esteja voltada para a construção de práticas que eliminem as violências, sofrimentos e exclusão da vida em sociedade, devemos entender que a atuação em psicologia escolar deve estar compromissada com a transformação da realidade brasileira, como defende Souza (2009).

Dessa maneira, para avançar nas leituras sobre novas formas de atuar em psicologia escolar, vale-se da afirmação de Gatti (2010), sobre a pesquisa no campo da psicologia da educação. A autora compreende que as investigações neste campo têm uma natureza interdisciplinar, de modo que seus objetos de investigação encontram significado somente se construídos por meio de um “olhar complexo”, com uma perspectiva nova, diferente daquelas praticadas por um único campo ou abordagem teórica, cujas origens podem estar na Psicologia ou na educação como campos de conhecimento distintos. Ao contrário, os fenômenos precisam ser analisados nas relações entre as duas áreas.

Como afirma Martínez (2010) as contribuições da Psicologia no campo educativo não se reduzem ao trabalho do psicólogo na instituição escolar, por ser sabido que os processos educacionais acontecem em diferentes âmbitos e níveis, fazendo com que a articulação Psicologia e educação assumam diferentes e variadas formas. No delineamento atual da sociedade, assim como Martínez (2010), acredita-se que a escola é um lugar privilegiado para transformação da realidade. Dessa forma, intencionou-se com esta pesquisa compreender quais são as concepções subjacentes à prática de psicólogas e psicólogos que atuam no atendimento das queixas escolares, seja em contexto privado ou institucional.

A atuação crítica em psicologia escolar

Como mencionado anteriormente, compreendemos que a Psicologia, como ciência e profissão, tem muitos desafios para consolidar-se como um campo comprometido com a superação das desigualdades, como afirma Bock (2003). Desta maneira, entende-se que o campo da psicologia escolar, em especial aqueles denominados críticos, têm um importante papel neste enfrentamento.

Uma das vitórias neste enfrentamento ocorre no final de 2019 com a promulgação da Lei n.º 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Com a conquista dessa lei é reafirmado o papel relevante e essencial que a Psicologia tem na luta pela garantia da educação de qualidade para todas e todos.

Em síntese, a Lei n.º 13.935/2019 propõe no artigo 1º e nos seus incisos que:

Art. 1º As redes públicas de educação básica contarão com serviços de Psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais. § 1º As equipes multiprofissionais deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuando na mediação das relações sociais e institucionais; § 2º O trabalho da equipe multiprofissional deverá considerar o projeto político-pedagógico das redes públicas de educação básica e dos seus estabelecimentos de ensino. (BRASIL, 2019, n.p.)

Como afirmam Pessoa, Pereira e Toledo (2017) e Toledo (2021), a escola é um espaço complexo e da maneira como a escola vem se configurando, o cotidiano escolar não tem sido propício para os atores escolares que pretendem ter uma prática comprometida com a transformação da realidade, em especial, no que diz respeito às diversas formas de as pessoas serem e se expressarem no mundo. Os autores afirmam que os atores escolares que tentam assumir uma postura crítica frente à realidade colocam-se em risco e têm que

aprender a enfrentar as diversas formas de exclusão, discriminação e injúria às quais podem ser expostos ao exercerem o seu trabalho.

Ao assumirem uma postura crítica, os profissionais da educação devem se empenhar em construir um processo educacional que precisa ser pensado para além da sala de aula, para contribuir para a transformação da sociedade, mediante a construção de mecanismos/estratégias que promovam soluções para os problemas ligados à discriminação e preconceito, à violação da cidadania e à reflexão sobre ética, afirmam De Lessa e Facci (2018).

Para Viana (2016) é nessa mesma lógica, a área da psicologia escolar e Educacional também é marcada pelas dificuldades apontadas por psicólogos e psicólogas que atuam no campo da educação, principalmente no que se refere a compreensão da comunidade escolar sobre o papel da Psicologia neste campo. Para a autora, esse desafio para o trabalho das psicólogas e psicólogos, fica evidenciada nas demandas escolares apresentadas aos profissionais pelos educadores, com a centralidade nos estudantes e apresentando uma expectativa de intervenção voltada para psicodiagnóstico ou atendimento individualizado, representado em um problema cuja solução acredita-se ser da Psicologia.

O Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, na publicação intitulada Práticas e Pesquisa em Psicologia e Educação (2017), defendem que, como a sociedade não tem muita noção do que faz um psicólogo escolar, muitos esperam uma atuação clínica na escola. Ilustram ainda que é comum uma expectativa de que o profissional da psicologia escolar atue como “bombeiro” (sic), servindo para lidar com crises de estudantes e professores. Defendem que estas ideias são equivocadas, mas muito presentes no contexto escolar. Desta maneira, entende-se a necessidade de apresentar a postura – crítica e inventiva – imprescindível para a construção de um trabalho comprometido com a transformação da realidade, e assim permitindo construir práticas que atendam as expectativas da Lei n.º 13.935/2019.

Nesta direção, Martinez (2010) aponta que a psicologia escolar utiliza dos saberes de outros campos, como os estudos sobre a aprendizagem e do desenvolvimento humano, e os articula para compreender e atender as demandas que lhe são apresentadas, sejam estruturais, pedagógica ou subjetiva. Para a autora, o principal campo de atuação da psicóloga e psicólogo escolar é na relação estudante-escola-sociedade, pois quando algum desses três pontos apresenta algum conflito isso pode afetar a vivência escolar e a aprendizagem dos estudantes, por isso o papel da psicóloga e psicólogo escolar é tentar criar o ambiente mais saudável possível para promover ou permitir a aprendizagem de todas e todos.

Para autores como De Oliveira e Marinho-Araújo (2009), Dias, Patias e Abaid (2014), De Lessa e Facci (2018), Camargo e Carneiro (2020) e Autor1 (2022) defendem que a psicóloga e o psicólogo escolar deve atuar dos mais diversos aspectos na escola, como, por exemplo: o acompanhamento e apoio dos estudantes, apoio e orientação psicoeducativa para professores, gestores escolares e também para os pais e responsáveis, atuar na mediação de conflitos, sempre lembrado da leitura institucional e na potencialização dos estudantes, distanciando-se das perspectivas e leitura individualizantes.

Autores como Fribida e Facci (2015) e Fonseca, Freitas e Negreiros (2018) discutem a necessidade da adoção de posturas menos individualizantes e do desenvolvimento de práticas profissionais que se voltem para a natureza coletiva, que envolvam todos os atores escolares como parceiros. Defendem que a atuação psicológica no âmbito escolar exige dinamicidade e flexibilidade da psicóloga e do psicólogo para lidar com as diversas demandas presentes nas instituições educativas.

Nesta mesma perspectiva, Dias, Patias e Abaid (2014) afirmam que a atuação em Psicologia escolar precisa considerar toda o contexto histórico social da população brasileira, então é necessário considerar as condições de vida desse estudante, os meios que ele vive e frequenta e as necessidades que ele precisa para garantir a aprendizagem. Para as autoras, nos últimos anos o número de estudantes que abandonaram a escola cresceu drasticamente e alguns dos motivos são: a necessidade de trabalhar para ajudar financeiramente a família, as reprovações constantes e a falta de compromisso com a escola, muitos estudantes não veem a necessidade de estudarem ou não compreendem o impacto que os estudos terão em suas vidas. Para elas, um dos mais importantes papéis da psicóloga e do psicólogo escolar é combater a produção do fracasso escolar.

Estes princípios também são defendidos nas “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica”, publicadas em 2013 pelo Conselho Federal de Psicologia, que publicou uma edição revisada, em 2019. O documento afirma que a atuação de psicólogas e psicólogos escolares deve comprometer-se com a garantia de direitos e enfrentamentos às injustiças sociais, sempre em acordo com as demandas da sociedade. O documento propõe algumas possibilidades de atuação que podem ser priorizadas pelos profissionais que atuam no contexto escolar. São elas: I) participar da elaboração, avaliação e reformulação do Projeto

Pedagógico da escola, destacando a dimensão psicológica da realidade escolar; II) intervenções no processo de ensino-aprendizagem; III) formação continuada de professores; IV) educação inclusiva, rompendo com práticas excludentes e V) grupo com estudantes, professores e comunidade (CFP, 2019).

Como se viu, é complexa a construção de uma atuação que atenda as demandas sociais e transforme a realidade social, de maneira que se faz necessário lembrar que a prática da Psicologia escolar é marcada por diferentes estilos de atuação, que articulam dimensões sociais, políticas e institucionais em perspectivas muitas vezes distintas. E atualmente que se vivencia uma questão importante se coloca: como subsidiar e construir práticas e intervenções que atendam as queixas escolares e que se possa estar atento para a realidade educacional?

O que se defende por atendimento às queixas escolar amparado em uma perspectiva crítica

O conceito de queixa escolar, é definido por Souza (2020) como qualquer problema ou dificuldade enfrentado pelo estudante em seu processo de escolarização. Para a autora, uma prática educativa que valoriza – exclusivamente – a identificação das problemáticas vividas pelos estudantes e não atuam na direção de transformação do contexto que produz a queixa, desenvolve um trabalho que reforça a produção do fracasso escolar, podendo levar ao pior cenário que é a evasão escolar.

Em outras palavras, Lima, Prado e Souza (2014) definem que a queixa escolar é um fenômeno que ocorre nas tramas institucionais e relacionais vivenciadas nas escolas e na sociedade. Para as autoras, a queixa se constitui no momento que alguém passa por alguma dificuldade no processo de escolarização, ou seja, o estudante e os outros participantes desta trama agem como agentes reforçadores ou atuam na manutenção destas queixas e este lugar é, comumente, ocupado pelos pais e pela escola. Compreendido o que é a queixa escolar, entende-se que é importante analisar como as queixas escolares são produzidas. Para autores como Bett e Lemes (2020), Salmato, Matos e Lourinho (2020) e Garbarino (2021) as queixas escolares são comumente constituídas nas relações entre professor e estudante. Destacando-se os aspectos comportamentais e atitudinais, como falta de concentração nas atividades, comportamentos denominados como hiperativos, atraso em relação ao desenvolvimento de outras crianças, indisposição para atividades propostas nas salas de aula, entre outros.

É comum, quando um desses comportamentos é notado por algum profissional da escola, que os pais sejam comunicados e – por norma – sugere-se a busca por um psicólogo ou psiquiatra. Desta forma é reforçado a lógica de que o problema identificado precisa ser resolvido e, comumente, o responsável por isso é o estudante. Assim como Souza (2020) se entende que a queixa escolar é multifatorial, ou seja, para qualquer leitura é importante compreender os determinantes individuais, sociais, institucionais, históricos e culturais.

Souza (2020) destaca que algumas questões devem ser realizadas, por exemplo: “Como é a sala de aula?”, “Existe muito barulho externo?”, “Ocorrem muitas faltas de professores?”, “Ocorreu troca de professor nos últimos tempos?”, “Quando começaram a surgir as queixas?”. Para a autora, ao levantarmos respostas para estas questões, entende-se que algumas questões podem ser facilmente resolvidas com mudanças de estratégias de ensino, formatos de atividades, reorganização curricular, reformas estruturais, entre outras.

Obviamente esta prática não inviabiliza ações de intervenção da psicóloga e psicólogo escolar, como afirmam Lima, Prado e Souza (2014), os processos interventivos que visem colaborar para uma superação das queixas escolares não devem ser adaptativos, ou seja, reforçam estigmas ou patologizam questões do campo social ou relacional. Para as autoras, o trabalho no atendimento das queixas escolares, “deve abarcar o maior número possível de pessoas que fazem parte significativa da rede que produz e mantém ou aprofunda as dificuldades e sofrimentos” vividos pelos estudantes (p.70). As pesquisadoras ainda destacam que o trabalho deve problematizar e ressignificar o processo de escolarização, envolvendo todas as pessoas que compõem a rede de apoio do estudante em questão.

No estudo de Salmato, Matos e Lourinho (2020) apresentam que a necessidade de reforçar as críticas às explicações biologistas utilizadas em relação às queixas escolares e acerca do processo de naturalização desse fenômeno. Para as autoras é fundamental, no trabalho com queixas escolares, distanciar-se das práticas que atribuem – unicamente – aos estudantes a responsabilidade pelas suas limitações e dificuldades. Desse modo, as escolas não devem eximir-se da sua responsabilidade quanto instituição em relação aos problemas de escolarização, que não é do próprio do estudante, e sim de todos os atores envolvidos nesse contexto.

Desta forma, a queixa escolar não deve ser entendida como uma sentença de fracasso para o estudante. O reconhecimento da queixa e uma chance de transformação de todo o processo educativo, podendo despertar o potencial de todos os envolvidos nessa complexa rede de relações.

Metodologia

Nesta pesquisa participaram psicólogas e psicólogos que atuam em serviços/equipamentos de educação e profissionais da Psicologia autônomos que realizam atendimentos no campo da Psicologia escolar. A pesquisa situa-se na região do ABCDMRR Paulista, compreendido pelos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Como trata-se de uma pesquisa exploratória, de natureza qualitativa, delineou-se como instrumento de coleta de dados um questionário online, como May (2004), os questionários do tipo *survey* visam descrever, explicar as características ou opiniões de uma população e a seleção dos participantes teve como procedimento a estratégia de Bola de Neve, conforme proposto por Vinuto (2014).

Os participantes foram convidados para responderem o questionário online (Google Forms). Ao aceitar o convite, foi apresentado ao participante o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Após a leitura e aceite do participante inicia-se o questionário composto por quinze questões objetivas e quatro questões dissertativas.

Para a análise dos dados, apoiou-se nas definições propostas por Minayo (2002) de que a pesquisa qualitativa tem como preocupação questões da realidade e do cotidiano que não podem ser quantificadas, abordando um universo de significados e relações humanas que não devem ser restringidas a apenas algumas variáveis operacionalizadas.

Partindo desta compreensão, após a finalização da coleta de dados, as respostas ao questionário foram analisadas qualitativamente e organizadas em categorias definidas como: I) Modelos de atuação profissional; II) Reconhecimento da rede de apoio; III) Leituras e aportes teóricos e IV) Ferramentas e instrumentais.

Apresentação e caracterização dos participantes

O questionário foi aberto, para os participantes semente, conforme propõe o procedimento de Bola de Neve, e tivemos um total de 18 respostas. Dos respondentes tivemos 14 pessoas que se identificaram como mulheres e 4 como homens, com uma diversidade de idades que variam entre 20 e 60 anos. Destaca-se que sobre identificação étnico-racial temos 13 pessoas que se identificaram como brancas e os outros participantes como: 3 pretas, 1 parda e 1 amarela.

Sobre a formação dos participantes, temos 6 profissionais com título de especialização, 7 com título de mestre, 3 com título de doutorado e 2 participantes que indicaram ter somente a graduação em Psicologia.

Em relação à experiência profissional, tivemos uma variação entre 1 e 10 anos de atuação com atividades de atendimento a demandas escolares e destes oito participantes atuam especificamente com foco no atendimento de queixas escolares e em instituições educativas e dez participantes responderam que atuam em contextos diversos, como consultório particular, instituições de educação não-formal, consultoria, ONGs e em equipamentos das políticas públicas.

Apesar de não ser uma diversidade igualmente dividida, acredita-se que todas as contribuições foram fundamentais para a discussão dos resultados apresentados no próximo item.

Análise dos resultados

Após a apresentação dos dados de identificação dos participantes, iniciamos a análise das quatro questões dissertativas do questionário, desta forma solicitamos para os participantes explicassem e detalhassem de que forma realizam seus atendimentos, quais apoios utilizam, sua abordagem teórica e recursos técnicos utilizados para o atendimento das queixas escolares. Diante destas questões, apresenta-se as quatro categorias, que são: I) Modelos de atuação profissional; II) Reconhecimento da rede de apoio; III) Leituras e aportes teóricos e IV) Ferramentas e instrumentais.

Modelos de atuação profissional

Sobre a forma de que os participantes realizam o seu trabalho, defendemos como Souza (2006; 2020) que o atendimento das queixas escolares deve fortalecer a rede na qual emerge a queixa e buscar a sua superação. Para a autora, os personagens principais, por norma, são a criança/adolescente, sua escola e sua família e o trabalho das psicólogas e dos psicólogos escolares, é compreender como os participantes desta rede se desenvolveram e se desenvolvem.

Percebeu-se que, de maneira geral, as psicólogas e os psicólogos escolares participantes desta pesquisa tentaram valorizar a tríade estudante/escola/família, reforçando a necessidade de compreensão das relações sociais e interpessoais ao qual o estudante está vivenciando. Isso quer dizer que tentam encontrar conexão da queixa com outros aspectos da vida do estudante, considerando nesta análise o processo de organização da escola, o processo de ensino e aprendizagem oferecido, os aportes externos oferecidos pela família e pela rede de apoio disponível para o estudante, também consideram se queixa é específica de um campo, matéria ou professor. Outro aspecto discutido é a incidência da queixa em outras esferas da vida do estudante, por exemplo, questão que se expressam no comportamento, na agressividade, entre outros.

Entendeu-se que os participantes da pesquisa, assim como Souza (2006; 2020), compreendem que para realizar o atendimento das queixas escolares o trabalho deve sustentar-se nos princípios técnicos, sendo: “obter e problematizar as versões de cada participante, promover a circulação das informações pertinentes e identificar, mobilizar e fortalecer as potências contidas nessa rede” (SOUZA, 2006, p. 314).

Reconhecimento da rede de apoio

Na leitura sobre os aportes e apoios que as psicólogas e os psicólogos escolares participantes da pesquisa destacam, ainda é comum a confusão entre o papel da escola e o papel da família no processo de ensino e aprendizagem de crianças e adolescentes. Concluiu-se, em concordância com os achados de Libâneo (1998), que a “educação é o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social” (p.22). Mesmo com todos os dilemas, que ainda são comuns, entre os atores escolares, assim como Libâneo (1998) se compreendeu que a educação é “uma prática social que atua na configuração da existência humana, individual e grupal, para realizar nos sujeitos humanos as características de “ser humano”. (LIBÂNEO, 1998, p. 22).

As psicólogas e os psicólogos escolares participantes destacam a importância da construção ou do fortalecimento da rede de apoio dos estudantes, defendem que este suporte só é possível quando a escola e a família atuam conjuntamente no enfrentamento da queixa escolar. Reforçam que o papel da família, em geral, é preparar e acompanhar a criança ou adolescente nas suas experiências educativas, garantindo o reconhecimento das relações de respeito e de vivências coletivas e colaborativas. Sobre o papel da escola entendem necessário a construção de um espaço de diálogo que proporcione a troca de saberes e que pretenda apresentar os conteúdos necessários para a transformação da realidade social e com isso proporcione a constituição de sujeitos críticos.

Esta perspectiva, sobre o papel da escola, coaduna com a defesa sobre a importância da construção do pensamento crítico, pois “pensar é mais do que explicar e para isso, as instituições [educativas] precisam formar sujeitos pensantes, capazes de um pensar epistêmico” (LIBÂNEO, 2004, p.141). Desta forma, é na escola que os sujeitos podem transformar as “capacidades básicas em instrumentação conceitual que lhes permitam, mais do que saber coisas, mais do que receber uma informação, colocar-se frente à realidade, apropriar-se do momento histórico de modo a pensar historicamente essa realidade e reagir a ela” (LIBÂNEO, 2004, p.141).

Caso o papel da escola seja potencializar o papel da escola é potencializar o estudante na direção da apropriação do conhecimento, os participantes destacam que os professores, os gestores escolares e os pais são quem iniciam ou apresentam a queixa para as psicólogas e psicólogos escolares, indicando uma diversidade de visões sobre a problemática apresentada pelo estudante. Poucos são os momentos em que a criança ou adolescente entende a queixa. São raros os atendimentos no qual o estudante entende e concorda com a demanda apresentada sobre ele. Desta forma, entende-se como Souza (2009) que uma atuação transformadora frente às queixas escolares e que reconheça a rede de apoio sustentada pela escola e família, que viabilizará o rompimento das concepções normatizantes e adaptativas dos estudantes.

Leituras e aportes teóricos

O debate sobre os subsídios teóricos apresentados pelas psicólogas e psicólogos escolares apoiam-se em uma perspectiva que se compreende articulada com o campo denominado do compromisso social da Psicologia. Bock (2009) defende este campo como “compromisso de trabalho pela melhoria da qualidade de vida; um compromisso em nome dos direitos humanos e do fim das desigualdades sociais”, entende-se que esta prática se faz fortemente presente na atuação das psicólogas e psicólogos escolares participantes da pesquisa.

Os participantes apresentam subsídios teóricos que citam campos e abordagens como: psicanálise, abordagens comportamentais, Psicologia humanista e a Psicologia histórico-cultural ou Psicologia sócio-histórica. Além das abordagens, alguns dos participantes apresentam alguns autores e autoras indicados como leituras obrigatórias para o exercício do seu trabalho, são eles: Maria Helena de Souza Patto, Marilene Proença Rebello de Souza, como representantes contemporâneas. Também citam os clássicos como Piaget e Vygotsky. É interessante verificar que muitas dos participantes citam o trabalho de Paulo Freire como fundamento das suas práticas no campo da Psicologia escolar.

A diversidade apresentada pelos participantes está consoante a perspectiva defendida de Tourinho (2001) sobre a Psicologia. Para ele “o campo de saber da Psicologia já nasce multifacetado, não simplesmente porque é habitado por discursos conflitantes, mas no sentido de que seus conteúdos têm uma conformação variada, respondendo a demandas sociais em várias direções (p. 18–19)”.

É difícil denominar um campo teórico ou abordagem específica para a atuação crítica em psicologia escolar, como sabemos, este campo de atuação possui princípios e conceitos para guiar seu trabalho, ou seja, deve romper com conformação ou enquadramento das pessoas ou situações que produzam a queixa escolar. A prerrogativa da psicologia escolar crítica tem em suas bases de sustentação, teórica e metodológica, propor um olhar para o processo de escolarização e para o contexto sociopolítico-cultural em que estão inseridos os processos educativos, ou seja, essa perspectiva tem como objeto de investigação e intervenção os processos de escolarização, assim defendem Barbosa e Souza (2012).

Os participantes destacam em suas respostas que consideram estes aspectos, defendidos anteriormente, no cotidiano de suas práticas. Indicam a importância de conhecer todos os pontos de vista de todos os atores escolares inseridos e/ou relacionados com a queixa escolar. Afirmam que buscam construir uma visão não-patologizante e desmedicalizante entorno das queixas escolares e têm como princípio a melhoria do aprendizado dos estudantes e com isso romper com a lógica do fracasso escolar.

Ferramentas e instrumentais técnicos

Como afirmam Barbosa e Souza (2012) a atuação em psicologia escolar referem-se as intervenções no espaço escolar ou a ele relacionado, mediando as relações que ali se estabelecem. Desta forma, para as autoras as práticas de trabalho das profissionais deste campo devem fundamentar-se nos conhecimentos produzidos pela Psicologia da Educação e pelas outras subáreas da Psicologia e por outros campos de conhecimento.

Como discutimos anteriormente, as demandas sociais devem ser pensadas e consideradas para a realização das intervenções psicológicas no contexto escolar. Dessa maneira, defende-se que este é um princípio fundamental para a construção de um trabalho crítico em Psicologia Escolar. Entende-se que valorizar esta perspectiva produz diferentes sentimentos, afetos, mudanças de comportamento ou outros fenômenos sobre as pessoas envolvidas e com isso se consegue romper com a produção do fracasso escolar.

A diversidade de abordagens teóricas e autores e autoras mencionadas também ilustra a diversidade de métodos, ferramentas e instrumental técnico utilizado pelas psicólogas e psicólogos escolares participantes da pesquisa. Em sua maioria, são citados o uso de jogos e brincadeiras como a principal ferramenta de aproximação das queixas escolares. Citam técnicas que se apoiam na produção de desenhos e/ou histórias, sendo elas livres ou com algum tipo de orientação, para conhecer ou para verificar a compreensão das crianças e adolescentes sobre a queixa apresentada. Entende-se que a utilização destas técnicas e ferramentas podem aproximar o trabalho avaliativo da realidade dos participantes, considerando os seus conhecimentos e saberes e com isso permitindo a construção de melhores práticas de intervenção.

Um bom indicador é a falta de consonância com a perspectiva crítica em Psicologia Escolar é o uso, por algumas das profissionais da psicologia escolar, de instrumentos técnicos mais estruturados, ou seja, afirmam utilizar testes e inventários psicológicos para realizar avaliações de capacidades cognitivas, intelectuais e comportamentais. Defende-se desde os anos de 1980 a construção de uma prática em psicologia escolar que supere as práticas de intervenção tradicionais em Psicologia. Patto (1997) afirma a necessidade de romper com instrumentais, que estejam ligados a uma perspectiva que enquadre as crianças e adolescentes e não

considere em suas avaliações a realidade concreta onde a queixa é produzida.

Defesas como a de Patto (1997) e de tantas outras pesquisadoras é importante, pois a visão biologizantes, patologizante e medicalizante das queixas escolares se dá pela avaliação incipiente das dificuldades dos estudantes. Por exemplo, se um estudante não entender um conteúdo ensinado na escola, é muito comum que seja quase que automaticamente relacionada a alguma psicopatologia, distúrbio ou síndrome. Este tipo de leitura é produzido pela escola, pela família e por profissionais da Psicologia que atuam no contexto escolar.

Pesquisas como de Moreira e Guzzo (2016) e Marinho-Araújo (2016) demonstram que a construção de um trabalho que não considere uma avaliação crítica sobre a própria atuação pode contribuir para a defesa de escolas especiais, a medicalização mais de crianças e adolescentes, o fortalecimento de leituras naturalizantes sobre o desenvolvimento humano, que aqueles que não atendem as exigências ou regras são tomados como problema, a responsabilização dos estudantes sobre o seu fracasso e a desconsideração dos papéis das instituições educativas e das estruturas sociais.

Ao longo deste estudo entendeu-se que a prática crítica em psicologia escolar indica que os profissionais estejam atentos para não definir os estudantes exclusivamente pelo resultado do seu desempenho escolar. Indica-se a necessidade de entender como os aspectos individuais são constituídos pelos modelos de leitura e interpretação das relações sociais e a necessidade constante de romper com a produção de modelos e práticas investigativas e interventivas fundamentadas exclusivamente na lógica classificatória e diagnóstica.

Considerações finais

Vale destacar que esta pesquisa teve como objetivo compreender quais são as concepções subjacentes à prática de psicólogas e psicólogos que atuam no atendimento das queixas escolares, seja em contexto privado ou institucional. Considerando o trabalho empreendido na revisão de literatura e a análise do questionário, reforçou-se a compreensão sobre a importância deste campo de atuação para o aprimoramento das relações na escola e a contribuição para o fortalecimento da escola como um espaço acolhedor para todas as pessoas, em especial, aos estudantes.

Entendeu-se que superar a compreensão limitada de intervenções da Psicologia na escola, faz parte de um processo contínuo de trabalho que todas as psicólogas e psicólogos escolares devem empreender. Dessa maneira, entende-se que o trabalho destes profissionais deve direcionar para a superação do estigma, ou melhor, das compreensões normatizantes que a Psicologia carrega socialmente e demonstrando as potentes contribuições deste campo para a escola.

Um dos exemplos da potência da psicologia escolar são percebidos ao longo do estudo que uma das defesas é a realização de um trabalho que prioriza o não-diagnóstico de estudantes, ou seja, empreende-se um trabalho que não prevê o enquadramento biologizantes dos estudantes, pautando-se exclusivamente no desempenho escolar. Nesta perspectiva defende-se um trabalho que considere aspectos individuais, sociais, históricos e culturais que permitem uma compreensão dos determinantes objetivos e subjetivos que produzem as queixas escolares.

Para o desenvolvimento deste tipo de trabalho, conforme indicam as participantes da pesquisa, a fundamentação dos trabalhos cita autoras relevantes para o desenvolvimento da Psicologia Escolar Crítica, em especial aquelas que defendem uma atuação que enfrente a patologização e medicalização das pessoas atendidas nos serviços de psicologia escolar. Autoras como Maria Helena de Souza Patto, Beatriz de Paula Souza e Marilene Proença Rebello de Souza são amplamente mencionadas como referências para o trabalho que os participantes desenvolvem.

Mesmo com esta perspectiva crítica de atuação, destacada como algo fundante para o trabalho de psicólogas e psicólogos escolares participantes da pesquisa, quando o debate se direciona para os recursos e instrumentos utilizados no trabalho, ainda depara-se com práticas que se fundamentam no uso de testes psicológicos que avaliam capacidades intelectuais e cognitivas e outros instrumentos padronizados para analisar aspectos comportamentais e atitudinais.

Dessa maneira, entende-se que ao analisar, mais detalhadamente, o trabalho que as psicólogas e psicólogos escolares desenvolvem, os seus métodos não confluem com a defesa proposta pelas referenciais teóricas e técnicas defendidas pelo campo da psicologia escolar crítica, se percebeu que, talvez, falta uma maior reflexão sobre o trabalho realizado neste campo de intervenção e também seja necessário articular uma maior aderência dos princípios e ideais defendidos com a prática realizada no cotidiano.

Defende-se maior articulação entre os princípios e as práticas profissionais, pois os participantes não citam contundentemente as Referências Técnicas para a Atuação da Psicóloga na Educação Básica, documento produzido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2013; 2019) que, para os profissionais que defendem uma prática crítica em psicologia escolar, indicam como um dos documentos importantes para a atuação profissional.

Mesmo com estas contradições apresentadas, são evidentes e inegáveis as contribuições da psicologia escolar, em especial, atualmente que temos a Lei n.º 13.935 que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Desta forma, tem-se como papel a necessidade de ampliar o debate sobre a atuação profissional de psicólogas e psicólogos escolares, destacando e discutindo os métodos, práticas, instrumentos que fundamentam o trabalho destes profissionais.

Por fim, mesmo com um número pequeno de respondentes, compreendemos que foi possível ter uma visão sobre a atuação profissional da psicologia escolar, em especial, pelas similaridades e divergências encontradas nas respostas apresentadas pelos participantes da pesquisa. Acredita-se que outras análises são possíveis, mas o trabalho desenvolvido nesta pesquisa, nos permite concluir que reflexões – especialmente em torno das contradições encontradas – podem contribuir para o avanço da psicologia escolar no território do ABCDMRR Paulista, sendo necessário ampliar os estudos neste campo.

Referências bibliográficas

- PESSÔA, L. C.; PEREIRA, R.; TOLEDO, R. Ensinar gênero e sexualidade na escola: desafios para a formação de professores. *REAE – Revista de Estudos Aplicados em Educação*, v. 2, n. 3, p. 18-32, 2017.
- TOLEDO, R. Significações de professores gays sobre violências homofóbicas e suas formas de enfrentamento na escola. *ECCOM – Educação, Cultura e Comunicação*, v. 12, n. 23, p. 48-62, 2021.
- TOLEDO, R. Construção de práticas inventivas em psicologia escolar: Um relato de uma intervenção na escola. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, Araraquara, v. 23, n. 00, p. e022005, 2022.
- BARBOSA, D. R.; SOUZA, M. P. R. Psicologia Educacional ou Escolar? Eis a questão. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. v. 16, n. 1, 2012.
- BETT, G. C.; LEMES, Ma. J. Fracasso escolar e conselho tutelar: um estudo sobre os caminhos da queixa escolar. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 24, 2020.
- BICALHO, P. P. G.; CASSAL, L. C. B.; MAGALHÃES, K. C.; GERALDINI, J. R.; *et al.* Formação em Psicologia, direitos humanos e compromisso social: a produção micropolítica de novos sentidos. **Boletim Interfaces da Psicologia da UFRRJ**, v. 2, n. 2, p. 20–35, 2009.
- BRASIL. **Lei n.º 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, 2019
- BOCK, A. M. B. Psicologia da Educação: cumplicidade ideológica. In.: Meira, M. E.; Antunes, M. A. M. (org.). **Psicologia Escolar: teorias críticas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.
- BOCK, A. M. B. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, A. M. B. (org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora; v. 1, p. 15–28, 2009.
- BRASIL. **LEI n.º 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.
- CAMARGO, N. C.; CARNEIRO, P. B. Potências e desafios da atuação em Psicologia Escolar na pandemia de Covid-19. **CadernoS de PsicologiaS**, Curitiba, n. 1, 2020.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica**. Conselho Federal de Psicologia – CFP, 2ª edição. Brasília: CFP, 2019.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE MINAS GERAIS. **Práticas e pesquisas em Psicologia e educação: experiências de Minas Gerais**. Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP-MG), Comissão de Psicologia Escolar e Educacional – Belo Horizonte: CRP 04, 2017.
- DE LESSA, P. V.; FACCI, M. G. D. Contribuições da Psicologia histórico-cultural para a atuação crítica da Psicologia escolar. **Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa**, v. 24, n. 47, p. 88–98, 2018.
- DE OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. Psicologia escolar: cenários atuais. **Estudos e pesquisas em Psicologia**, v. 9, n. 3, p. 648–663, 2009.
- DIAS, A. C. G.; PATIAS, N. D.; ABAID, J. L. W. Psicologia Escolar e possibilidades na atuação do psicólogo: algumas reflexões. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. v.

18, n. 1, 2014.

FIRBIDA, F. B. G.; FACCI, M. G. D. A formação do psicólogo no estado do Paraná para atuar na escola. **Psicol. Esc. Educ.** Maringá, v. 19, n. 1, p. 173–184, abr. 2015.

FONSECA, T. S.; FREITAS, C. S. C.; NEGREIROS, F. Psicologia Escolar e Educação Inclusiva: a atuação junto aos professores. **Rev. bras. educ. espec.**, Bauru, v. 24, n. 3, p. 427–440. Set. 2018.

GARBARINO, M. I. Queixa escolar e gênero: a (des)construção de estereótipos na educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, 2021.

GATTI, B. A. Psicologia da educação: conceitos, sentidos e contribuições. **Psicologia da Educação**. [S.l.], n. 31, out. 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**, 5ª ed., Goiânia, Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, C. P.; PRADO, M. B. S.; SOUZA, B. P. Orientação quanto à queixa escolar relativa a adolescentes: especificidades. **Psicologia Escolar e Educacional**, 18(1), 67–75, 2014.

MARINHO-ARAÚJO, C. M. Inovações em Psicologia Escolar: o contexto da educação superior. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 33, p. 199–211, 2016.

MARTÍNEZ, A. M. O que pode fazer o psicólogo na escola? **Em aberto**, 23(83), 2010.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, p. 145–172, 2004.

MINAYO, M. C. **Pesquisa social: teoria e método**. Ciência, Técnica, 2002.

MOREIRA, A. P. G.; GUZZO, R. S. L. Situação-limite e potência de ação: atuação preventiva crítica em Psicologia escolar. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 21, p. 204–215, 2016.

PATTO, M. H. S. Por uma crítica da razão psicométrica. **Revista Psicologia**. v8. São Paulo: EDUSP, 1997.

RECHTMAN, R. O futuro da Psicologia brasileira: uma questão de projeto político. **Revista Psicologia, diversidade e saúde**, v. 4, n. 1, 2016.

SALMITO, V.; MATOS, K. J. N. de; LOURINHO, L. D. A construção da queixa escolar pelo professor: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, p. e1219119581-e1219119581, 2020.

SOUZA, B. P. Orientação à queixa escolar: considerando a dimensão social. **Psicol. cienc. prof.** 26(2), 321–319, 2006.

SOUZA, B. P. **Orientação à queixa escolar**. São Paulo: Casa de Psicólogo, 2020.

SOUZA, M. P. R. Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 17–182, jun. 2009.

TOURINHO, E. Z. A produção de conhecimento em Psicologia: a análise do comportamento. **I Simpósio O Homem e o Método e II Encontro das Escolas de Psicologia de Belo Horizonte**, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2001.

VIANA, M. N. Interfaces entre a Psicologia e a Educação: Reflexões sobre a atuação em Psicologia Escolar. In: FRANCISCHINI, R.; VIANA, M. N. **Psicologia Escolar: que fazer é esse?**. Brasília: CFP, 2016.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014.